

1 – APRESENTAÇÃO

A PORTO FRANCO ENERGÉTICA S/A é uma Sociedade Anônima Fechada com Personalidade Jurídica de Direito Privado com autonomia própria Administrativa e Financeira. Tem sua sede na Zona Rural da Cidade Dianópolis - TO, na ESTM Dianópolis / Boa Sorte KM 25 – CEP: 77.300-000, constituída em 04 de fevereiro de 2004 e inscrita regularmente no CNPJ/MF sob o nº 06.091.966/0001-68 e Estadual sob o nº 29.375.712-7 sendo regida pela legislação pertinente e seu Estatuto próprio.

2 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade tem como objetivo social preponderante exercer atividades específicas e exclusivas de geração e comercialização de energia elétrica mediante concessão outorgada pelo Poder Público competente da União, com capacidade instalada de 30,0 MW, curso do Rio Palmeiras no aproveitamento denominado Porto Franco, tendo iniciado sua operação comercial em 14 de novembro de 2009.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A elaboração, forma de apresentação e conteúdo das Demonstrações Contábeis, foram procedidas em conformidade com as disposições da Legislação Societária em vigor as quais abrangem os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas coordenadas e emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e normas complementares aplicáveis às Concessionárias de serviços públicos de energia elétrica estabelecidas pelo poder concedente através da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas e aplicadas consoante à Lei 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade notadamente a NBC TG 1000 – Contabilidade para as Pequenas e Médias Empresas. Utilizou-se o custo histórico como base de valor, exceto pelos Instrumentos Financeiros não derivativos designado a valor justo através de resultados quando de suas aplicabilidades. Estas alterações tiveram como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira e possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelo CFC em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Dentro deste contexto, a Administração tem envidado esforços para o devido enquadramento e sua adequação diante das Normas Estabelecidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Algumas das alterações que foram introduzidas dependem de normatização por parte dos Órgãos reguladores para serem integralmente aplicadas pelas Empresas, notadamente em relação à Redução ao Valor Recuperável, Divulgação de Partes Relacionadas, Ajustes a Valor Presente, Passivos e Ativos Contingentes e Instrumentos Financeiros, embora entenda a Administração que a aplicabilidade que for cabível a Companhia não sejam relevantes. Considerando-se a extensão e a complexidade das alterações promovidas, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles constantes das estimativas e premissas que eventualmente venham ser estabelecidas, inclusive que resultem em consequências de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Há entendimento e opinião da Administração que inexistem outras normas e interpretações editadas e ainda não adotadas que eventualmente pudessem ter influência ou impacto significativo no Resultado ou no Patrimônio Líquido divulgado pela Companhia.

4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das Demonstrações Contábeis estão estabelecidas como se segue. Tais políticas foram consistentemente aplicadas nos demais exercícios apresentados.

- a)** Os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis estão expressos em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e também sua moeda de apresentação. São baseados em pressupostos e estimativas da Administração, com relação às expectativas futuras das Receitas Auferidas e pagamentos das transações e eventos econômicos ocorridos até o presente exercício. Os pressupostos e estimativas são inerentes ao processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil relacionados com as atividades operacionais desempenhadas pela Companhia.
- b)** É adotado o regime de competência para a contabilização das operações praticadas. As receitas e os respectivos custos são reconhecidos quando o produto é entregue aos clientes ou os serviços contratados são executados, ocorrendo a transferência dos riscos, dos direitos e das obrigações associadas às operações.
- c)** Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis com prazos inferiores a 365 dias são apresentados como circulantes.
- d)** As Aplicações Financeiras e os demais Ativos são demonstrados pelos valores de realização, conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os correspondentes rendimentos e as variações monetárias auferidas.
- e)** O Imobilizado estava registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção. A depreciação foi calculada tomando-se por base as taxas regulatórias aplicáveis à natureza dos bens. Foi concretizado pela direção da Companhia durante os exercícios fiscais de 2012 e 2013, realização em seus controles dos ajustes necessários à fragmentação do imobilizado técnico em uso para aplicação das taxas de depreciações determinadas pela ANEEL (Resolução nº 44/1999). A Companhia contratou Empresa especializada para levantamento e implantação do Relatório de Controle Patrimonial – RCP cujo resultado desse trabalho sempre será protocolizado na ANEEL quando exigido consoante às Normas estabelecidas.
- f)** No exercício de 2015 em cumprimento as instruções estabelecidas pela ANEEL o Ativo Diferido foi incorporado ao Ativo Imobilizado.
- g)** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro, foram apurados com base no regime tributário de Lucro Presumido, determinado consoante a Legislação Fiscal em vigor.
- h)** A Reserva Legal é constituída de 5% sobre o Lucro Líquido do Exercício nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 que não excederá em 20% do Capital Social.
- i)** A Companhia não possui em andamento valores relevantes relacionados a processos pertinentes a contingências ou reclamações trabalhistas que fossem julgadas probabilidades de perdas ou remotas. Uma provisão é constituída em decorrência de evento passado, caso a Companhia identifique uma obrigação legal ou construtiva que possa ser razoavelmente estimada de maneira confiável, sendo reconhecida a probabilidade que recurso econômico venha ser exigido de repercussão futura para liquidar a operação e possa ser estimado com absoluta segurança.

PORTO FRANCO ENERGÉTICA S/A
CNPJ: 06.091.966/0001-68
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(EXPRESSAS EM REAIS)

j) As estimativas e os julgamentos contábeis adotados são continuamente avaliados e baseiam-se fundamentalmente na experiência histórica e demais fatores, incluindo expectativas de eventos que tenham implicações futuras e sejam julgadas razoáveis nas circunstâncias de suas ocorrências.

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Registram recursos financeiros disponíveis em moeda corrente e mantidos em instituições governamentais. As Aplicações Financeiras são mantidas em depósitos de renda fixa e fundos de investimentos e está em linha com os rendimentos do mercado.

Discriminação	VALOR (R\$)	
	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	213,27	191,26
Bancos Conta Movimento	367.641,07	39.565,01
Aplicações Financeiras	6.081.057,00	6.565.177,49
TOTAL	6.448.911,34	6.604.933,76

6 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

O REALIZÁVEL A LONGO PRAZO/IMOBILIZADO ESTAVA ASSIM REPRESENTADO:

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				VALOR LÍQUIDO	
				31.12.2020	31.12.2019
CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS				190.305,68	180.477,17
SUBTOTAL				190.305,68	180.477,17
IMOBILIZADO CONTA	TAXAS DEPRECIACÃO	CUSTO HISTÓRICO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	
				31.12.2020	31.12.2019
Terrenos	-	379.148,00	-	379.148,00	379.148,00
Veículos	4,29	191.527,42	(65.861,33)	125.666,09	152.971,47
Móveis e Utensílios	6,25	16.408,50	(8.620,16)	7.788,34	8.814,13
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4,12	78.111.947,19	(35.969.073,56)	42.142.873,63	45.363.984,38
Edificações/ Obras Civas/ Benfeitorias	4,12	31.890.467,44	(14.682.847,90)	17.207.619,54	18.522.851,81
Máquinas e Equipamentos	4,12 - 16,67	59.157.305,34	(27.652.342,21)	31.504.963,13	33.955.131,07
Montagem Linha Transmissão - Máquinas e Equip	4,12 - 16,67	13.542.068,78	(6.235.866,74)	7.306.202,04	7.864.637,92
Máquinas e Equipamentos	16,67	3.427,91	(1.714,75)	1.713,16	6.362,60
Transmissão - Demais Máquinas e Equipamentos	4,12 - 16,67	4.630,50	(217,05)	4.413,45	-
Outras Imobilizações em curso	-	19.651,04	-	19.651,04	40.000,00
SUBTOTAL		183.316.582,12	(84.616.543,70)	98.700.038,42	106.293.901,38
TOTAL		183.316.582,12	(84.616.543,70)	98.890.344,10	106.474.378,55

Nos termos do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia concluiu que, ainda não há indicações para os bens integrantes do Ativo Imobilizado tenham desvalorizados mais do que o esperado pelo resultado da passagem do tempo ou do uso normal dos bens. Também não ocorreram danos físicos aos referidos bens, considerando –se ainda que são relativamente de pouco uso e manutenção periódica adequada, julgou a Administração desnecessário proceder com o teste de redução ao valor recuperável (impairment test).

7 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CIRCULANTE/ NÃO CIRCULANTE)

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, variações monetárias incorridas até a data das Demonstrações Contábeis.

PORTO FRANCO ENERGÉTICA S/A
CNPJ: 06.091.966/0001-68
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(EXPRESSAS EM REAIS)

As parcelas mensais dos financiamentos vinham sendo amortizadas e quitadas nos respectivos vencimentos.

Financiamentos – registra os financiamentos para aquisição de ativo Imobilizado. As garantias prestadas são os próprios bens adquiridos e bens imóveis (terrenos) em nome da Companhia. O montante escriturado é assim composto:

CIRCULANTE

AGENTE FINANCIADOR	CONTRATO Nº	TX. DE JUROS CONTRATADA	SALDO EM	SALDO EM
			31.12.2020	31.12.2019
Banco Amazônia S/A	07/0515-3 (FDA)	TJLP + 1,50 a.a.	15.849.691,74	15.526.787,97
Banco Amazônia S/A	08/0741-0 (FNO)	10% a.a.	490.523,10	1.859.361,27
TOTAL			16.340.214,84	17.386.149,24

NÃO CIRCULANTE

AGENTE FINANCIADOR	CONTRATO Nº	TX. DE JUROS CONTRATADA	PREVISÃO	SALDO EM	SALDO EM
			ENCERRAMENTO	31.12.2020	31.12.2019
Banco Amazônia S/A	07/0515-3 (FDA)	TJLP + 1,50 a.a.	15/03/2027	44.176.969,16	51.635.455,12
Banco Amazônia S/A	20/5038-3 (FNO)	1,766 a.a. + Variável	15/08/2023	551.459,47	-
TOTAL				44.728.428,63	51.635.455,12

8 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Consoante às instruções da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, decidiu a Companhia incorporar ao Ativo Imobilizado no exercício de 2015 o valor histórico do Ativo Diferido, sendo revertidas as amortizações acumuladas e procedidos novos cálculos das Depreciações Acumuladas.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 valor devedor líquido de R\$ 4.442,90) corresponde basicamente a ajustes de depreciações do Ativo Imobilizado com forme resumo do RCP da Delos Consultoria e de dezembro de 2019 valor devedor líquido de R\$ (6.711,11), basicamente foram decorrentes de ajustes de Fornecedores e Depreciações do Ativo Imobilizado.

9 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito e integralizado é de **R\$ 36.000.000,00** (Trinta e seis milhões de reais) e está dividido em **36.000.000** (Trinta e seis milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal .

O Capital da Companhia possui a seguinte composição acionária em 31 de dezembro de 2020:

ACIONISTA	CAPITAL SOCIAL			
	SUBSCRITO	%	INTEGRALIZADO	%
Sane Participações e Investimentos Ltda	22.824.880,00	63,402	22.824.880,00	63,402
Ubirajara Rodolfo Amorim	2.596.884,00	7,214	2.596.884,00	7,214
Silvia Regina Amorim Pereira	2.135.753,00	5,933	2.135.753,00	5,933
Denise Amorim Hassun	2.135.753,00	5,933	2.135.753,00	5,933
Rosana Fontes de Souza Genaro	1.440.000,00	4,000	1.440.000,00	4,000
Capricho Imóveis Ltda	1.260.000,00	3,500	1.260.000,00	3,500
Marlus Renato Dall' Stella	1.008.000,00	2,800	1.008.000,00	2,800
Outros Acionistas	2.598.730,00	7,218	2.598.730,00	7,218
TOTAL	36.000.000,00	100,00	36.000.000,00	100,00

10 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

PORTO FRANCO ENERGÉTICA S/A
CNPJ: 06.091.966/0001-68
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(EXPRESSAS EM REAIS)

A Receita Operacional Líquida é basicamente decorrente da geração de energia que posteriormente é fornecida a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás. As deduções da Receita Operacional Bruta são decorrentes de PIS e Cofins sobre Faturamento.

A composição da Receita Operacional Líquida possui a seguinte composição para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Discriminação	VALOR (R\$)	
	31.12.2020	31.12.2019
Venda de Energia Elétrica	35.092.373,99	37.305.748,79
(-) Deduções da Receita	-1.280.871,66	(1.361.659,83)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	33.811.502,33	35.944.088,96

11 – PARTES RELACIONADAS

A Parte Relacionada da Porto Franco Energética S/A é sua Controladora – Sane Participações e Investimentos Ltda. As Transações entre a Companhia e sua Controladora basicamente são decorrentes de distribuição de dividendos. Portanto, inexistente contrato de mútuo com qualquer Empresa do Grupo empresarial.

12 – COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as coberturas de seguros contra incêndio, danos materiais e lucros cessantes são consideradas suficientes pela administração da Companhia para cobertura de eventuais ocorrências de sinistros.

13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os Instrumentos financeiros atualmente utilizados pela Companhia estão limitados aos investimentos financeiros de curto prazo e tem o seu valor contábil igual ao valor de mercado. A Companhia não fez nenhum investimento de natureza especulativa em derivativos ou em qualquer outro ativo de risco.

14 – ATIVOS CONTINGENTES

Informação obtida dos Assessores Jurídicos da Companhia quanto Ação Civil de Repetição de Indébito Tributário no montante atual estimado de R\$ 4.290.000,00, indicava prognóstico de provável ganho.

15 - ASPECTOS GERADOS PELA PANDEMIA – COVID 19

Como medida complementar de contornar os efeitos negativos da famigerada PANDEMIA – COVID 19, a Administração instituiu normas internas objetivando conscientização dos riscos decorrentes do vírus, de modo que, os gestores periodicamente discutiam e definiam as prioridades para lidar com a crise, tendo sempre os cuidados da preservação da relação com os Parceiros e Colaboradores de uma forma geral. As decisões tomadas possibilitaram direcionamento das estratégias em função das ocorrências e condições em que foram apresentadas.

16 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não tivemos ocorrência de nenhum evento subsequente que influenciasse as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.